



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24279/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	
Rubrica	

REF: Recurso da empresa JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, PROJETOS E EVENTOS LTDA referente ao Pregão Eletrônico 24/2023.

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, PROJETOS E EVENTOS LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- A incorreta análise de qualificação técnica da empresa VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A recorrente alega que a empresa VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA não atende ao que é exigido no edital em relação aos atestados de capacidade técnica apresentados, referente aos itens 4, 8, 10, 11 e 14.

À vista disso, pontuamos o que se segue.

O Atestado de Capacitação Técnica é um documento que comprova a qualificação técnica de uma empresa, também é a comprovação de capacidade para desempenho da atividade proposta no edital licitatório. Ela pode ser de dois tipos: capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional.

A Lei 14.133/2021 prevê que a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. E, ainda, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dessas parcelas vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Observemos também o seguinte artigo da mesma Lei:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

“ Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;”

Agora, vejamos o que dispõe o subitem E.1 do item 13 do edital:

“ (E.1) A empresa LICITANTE deverá comprovar capacidade técnica na área de execução de serviços objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, nos termos dispostos no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021. A comprovação da capacidade técnica será realizada por meio de atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa LICITANTE tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto por ora licitado. A comprovação da capacidade técnica será exigida somente para os itens que o licitante irá participar, no limite de 10%.

(E.2) Declaração de disponibilidade para execução do contrato dos profissionais exigidos no Termo de Referência; ”

Logo, o conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido. Tal aptidão pode se referir a vários aspectos.

O mestre Marçal Justen Filho, em “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos” – 1ª Edição AIDE Editora – Rio de Janeiro, 1993, diz:

“É proibido rejeitar atestados, ainda que não se refiram exatamente ao mesmo objeto licitado, quando versarem sobre obras ou serviços similares e de complexidade equivalente ou superior. A similitude será avaliada segundo critérios técnicos, sem margem de liberdade para a administração. ”

“Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com a disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. (...)”



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Infelizmente, ainda não existem muitas jurisprudências relacionadas à nova lei que abordem essa temática. Assim, seguindo o padrão de entendimento dos Tribunais, esta Comissão interpreta que deve ser admitida a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aquele objeto do certame.

IV- DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA apresentou tempestivamente suas alegações.

V – CONCLUSÃO

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, PROJETOS E EVENTOS LTDA, esta comissão, considerando a matéria de Qualificação Técnica abordada pela Recorrente ser de suma importância e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 04/12/2023.

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Matr. 111.813

DE ACORDO

DJALMA ALVES DA SILVA
Pregoeira